



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 21ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE EM 28.04.2015

Aos 28 dias do mês de abril de 2015, compareceu à sede da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre a Excelentíssima Senhora **CARMEN GONZALEZ**, Desembargadora Vice Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da servidora Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº **0001741-20.2015.5.04.0000**. A Desembargadora Vice Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelos juízes substitutos RITA VOLPATO BISCHOFF e EDUARDO BATISTA VARGAS, pela Diretora de Secretaria SIMONE VIANA e servidores lotados na Unidade Judiciária. O juiz MANUEL CID JARDÓN, convocado para atuar no TRT, na cadeira do desembargador Flavio Portinho Sirangelo, atualmente integrante do Conselho Nacional de Justiça, também esteve presente. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 18.03.1994

Data da última correição realizada: 04.04.2014

Jurisdição: Porto Alegre

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 28.04.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01 de 03.03.2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 21ª Circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de lotação de um Juiz do Trabalho Substituto.

2.1.2 Juizes Atuais

| Juiz(a) | Situação | Período |
|---------|----------|---------|
|---------|----------|---------|



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | |
|-------------------------------|--|------------------|
| Manuel Cid Jardón | Juiz Titular (convocado para o TRT desde 02.9.2013) | Desde 13.12.2000 |
| Rita Volpato Bischoff | Juíza Substituta Lotada | Desde 28.01.2013 |
| Eduardo Batista Vargas | Juiz Substituto | Desde 06.02.2014 |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 15.04.2015)

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

| | Juiz(a) | Período(s) | Situação/Motivo | Total |
|--------------------------------|-------------------------------|--|--|-----------------|
| 1 | Rita Volpato Bischoff | De 07.01 a 05.02.2014 (30d) | Juiz Titular em férias | 467 dias |
| | | De 10 a 13.07.2014 (04d) | | |
| | | De 17.11 a 03.12.2014 (17d) | | |
| | | De 03 a 05.02.2014 (03d) | Juiz Titular convocado para o TRT | |
| | | De 08.03 a 09.07.2014 (124d) | | |
| | | De 13.08 a 16.11.2014 (96d) | | |
| | | De 04 a 19.12.2014 (16d) | | |
| | | De 20.12.2014 a 06.01.2015 (responder pela Vara) (18d) | | |
| De 06.02 a 14.07.2015 (159d) * | | | | |
| 2 | Eduardo Batista Vargas | De 06.02 a 07.03.2014 (30d) | Juiz Titular convocado para o TRT | 415 dias |
| | | De 28.07 a 12.08.2014 (16d) | | |
| | | De 08.03 a 04.05.2014 (58d) | Juíza Substituta Lotada no exercício da titularidade da Vara | |
| | | De 10.05 a 11.06.2014 (33d) | | |
| | | De 13.08 a 14.09.2014 (33d) | | |
| | | De 06.10 a 19.12.2014 (75d) | | |
| | | De 11.03 a 14.07.2014 (126d) | | |
| | | De 14 a 27.07.2014 (14d) | Juiz Titular em férias | |
| | | De 07.01 a 05.02.2014 (30d) | | |
| 3 | Juliana Oliveira | De 15 a 21.09.2014 (07d) | Juíza Substituta Lotada no exercício da titularidade da Vara | 07 dias |
| 4 | Átila da Rold Roesler | De 22.09 a 05.10.2014 (14d) | Juíza Substituta Lotada no exercício da titularidade da Vara | 14 dias |
| 5 | Patrícia Bley Heim | De 09 a 11.03.2015 (03d) | Juíza Auxiliar | 03 dias |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 15.04.2015)

* Considerado apenas o período correcionado.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

| Juiz(a) | | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|-------------------|-----------------------|------------------------------|------------------------------------|----------|
| Titular | Manuel Cid Jardón | Convocação para atuar no TRT | De 02.09.2013 a 06.01.2014 (06d) * | 605 dias |
| | | | De 03.02 a 09.07.2014 (157d) | |
| | | | De 28.07 a 16.11.2014 (112d) | |
| | | | De 04.12.2014 a 06.01.2015 (34d) | |
| | | | De 06.02 a 28.08.2015 (204d) | |
| | | Férias | De 07.01 a 02.02.2014 (27d) | |
| | | | De 10 a 27.07.2014 (18d) | |
| | | | De 17.11 a 03.12.2014 (17d) | |
| Substituta Lotada | Rita Volpato Bischoff | Férias | De 07.01 a 05.02.2015 (30d) | 90 dias |
| | | | De 06.02 a 07.03.2014 (30d) | |
| | | | De 14.07 a 12.08.2014 (30d) | |
| | | | De 07.01 a 05.02.2015 (30d) | |

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 15.04.2015)

* Considerado apenas o período correccionado.

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Vara do Trabalho

| Servidor(a) | Cargo | Função | Data de Exercício na Unidade Judiciária |
|----------------|--|--|---|
| 1 Simone Viana | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Diretor de Secretaria (CJ3) (desde 12.11.2007) | 12.11.2007 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|----|-----------------------------------|--|---|------------|
| * | Ricardo Tondin de Oliveira | Analista Judiciário – Área Judiciária | Assistente de Juiz Substituto (FC05) | 16.04.2015 |
| 2 | Daiana Saccol Da Silva | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente de Diretor de Secretaria (FC04) | 10.09.2012 |
| 3 | Ana Pereira Mallmann | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretário de Audiência (FC03) | 05.12.2013 |
| 4 | Fabiana Alice Zoratto Laitano | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Secretário de Audiência (FC03) | 04.07.2003 |
| 5 | Andrea De Pinho Freitas | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 07.11.2014 |
| 6 | Fabio Fonseca Scherer | Técnico Judiciário – Área Administrativa | Assistente (FC02) | 06.09.2013 |
| 7 | Carlos Guilherme Silveira E Silva | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 02.09.2013 |
| 8 | Carolina Tiggemann | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 07.05.2012 |
| 9 | Elenice De Souza | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 13.05.2014 |
| 10 | Fernando Bittencourt Schutt | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 12.11.2008 |
| 11 | Tatiane de Abreu Fuin | Analista Judiciário – Área Jurídica | - | 20.04.2015 |
| 12 | Vinicius Polenz Azevedo | Técnico Judiciário – Área Administrativa | - | 05.12.2012 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.04.2015)

* Servidor exerce Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

| | | | |
|---|--|-------------------------------------|---|
| Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014) | Faixa Processual (Resolução nº 63/2010) | Lotação na Unidade Judiciária | Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010) |
|---|--|-------------------------------------|---|



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | |
|-----------------|---------------|---------------|--------------------|
| 1.543 processos | 1.501 a 2.000 | 12 servidores | 13 a 14 servidores |
|-----------------|---------------|---------------|--------------------|

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas na Resolução nº 83/2011, também do CSJT, o número de servidores da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está **abaixo** da quantidade prevista na referida norma.

Em nova consulta ao sistema RH, verificou-se que a Unidade permanece com 12 servidores, tendo ocorrido a saída de Vinicius Polens Azevedo, em 05.5.2015, por “retorno à origem”, e o ingresso de Soraya Moura Onofrio, em 02.6.2015.

2.2.3 Afastamento dos Servidores

| Servidor(a) | Motivo | Dias de Afastamento | Total |
|---------------------------|--|---------------------|----------------|
| Simone Viana | Curso ou Evento | 02 | 2 dias |
| Rodrigo Toscano De Britto | Curso ou Evento | 05 | 5 dias |
| Daiana Saccol Da Silva | Curso ou Evento | 05 | 8 dias |
| | Curso Parcial | 03 | |
| Ana Pereira Mallmann | Curso ou Evento | 05 | 5 dias |
| Andrea De Pinho Freitas | Falecimento de Pessoa da Família | 08 | 14 dias |
| | Doença em Pessoa da Família | 02 | |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 04 | |
| Fabio Fonseca Scherer | Curso ou Evento | 01 | 79 dias |
| | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 78 | |
| Elenice De Souza | Licença para Tratamento de Saúde (LTS) | 01 | 1 dia |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.04.2015)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

| Servidor(a) | Data de Lotação | Data de Saída | Tempo de Permanência na Unidade Judiciária | Motivo da Saída |
|--------------------|-----------------|---------------|--|-----------------|
| 1 Jacques Nogueira | 23/09/2010 | 17/02/2014 | 3 anos, 4 | Lotação na 5ª |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|---|--------------------------|------------|------------|---------------------------|--|
| | | | | meses e 24 dias | VT de Caxias do Sul – Assistente de Juiz (FC05) |
| 2 | Iara Kunde Dickel | 05/12/2011 | 27/04/2014 | 2 anos, 4 meses e 22 dias | Lotação na VT de Três Passos |
| 3 | Diego Savegnago Fajardo | 12/08/2014 | 17/09/2014 | 1 mês e 5 dias | Vacância |
| 4 | Thales Antunes Soffiatti | 29/07/2013 | 13/11/2014 | 1 ano, 3 meses e 14 dias | Lotação na Seção de Coordenação de 1ª Grau – Assistente (FC02) |
| 5 | Paulo Roberto Dos Santos | 19/01/2012 | 25/01/2015 | 3 anos e 6 dias | Lotação no TRT da 2ª Região |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.04.2015)

2.2.5 Estagiários

| | Estagiário | Curso em Andamento | Período |
|---|---------------------------|---------------------|-------------------------|
| 1 | Maicon da Silva Toledo | Superior em Direito | 01.10.2013 à 30.09.2015 |
| 2 | Bianca da Silva Fernandes | Superior em Direito | 11.06.2014 à 10.06.2015 |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.04.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e Substitutos lotados durante o período correccionado

| Juiz | Gestão Estratégica | PJe | Demais Cursos | Total |
|---|--------------------|---------|---------------|-------------------|
| Manuel Cid Jardón (Juiz Titular) | 0 horas | 0 horas | 77,5 horas | 77,5 horas |
| Rita Volpato Bischoff (Juíza Substituta) | 0 horas | 3 horas | 88,5 horas | 91,5 horas |
| Eduardo Batista Vargas (Juiz Substituto) | 0 horas | 3 horas | 70,5 horas | 73,5 horas |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.04.2015)

2.3.2 Capacitação dos Servidores



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| Servidor(a) | Gestão Estratégica | PJe | Demais Cursos | Total |
|-----------------------------------|--------------------|----------|---------------|-------------------|
| Simone Viana* | 12 horas | 14 horas | 25 horas | 51 horas |
| Rodrigo Toscano De Britto** | 0 horas | 4 horas | 103 horas | 107 horas |
| Daiana Saccol Da Silva | 48,5 horas | 0 horas | 0 horas | 48,5 horas |
| Ana Pereira Mallmann | 0 horas | 20 horas | 0 horas | 20 horas |
| Fabiana Alice Zoratto Laitano | 0 horas | 0 horas | 136 horas | 136 horas |
| Andrea De Pinho Freitas | 10 horas | 10 horas | 66 horas | 86 horas |
| Fabio Fonseca Scherer | 0 horas | 0 horas | 92 horas | 92 horas |
| Carlos Guilherme Silveira E Silva | - | - | - | - |
| Carolina Tiggemann | 0 horas | 0 horas | 50 horas | 50 horas |
| Elenice De Souza | - | - | - | - |
| Fernando Bittencourt Schutt | 0 horas | 0 horas | 5 horas | 5 horas |
| Vinicius Polenz Azevedo | - | - | - | - |
| Ricardo Tondin de Oliveira | - | 8 horas | - | 8 horas |
| Tatiane de Abreu Fuin*** | - | - | - | - |

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.04.2015)

* Gestor da Unidade Judiciária.

** Saiu da Unidade para a Secretaria da Corregedoria em 15.4.2015

*** Posse no TRT em 20.4.2015

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

| Situação | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
|--|--------------|--------------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Pendentes de finalização na fase de conhecimento* | 2.228 | 2.286 | 2,60% | 2.330 | 1,92% |
| Pendentes de finalização na fase de liquidação** | 258 | 262 | 1,55% | 274 | 4,58% |
| Pendentes de finalização na fase de execução*** | 1.747 | 1.731 | -0,92% | 1.748 | 0,98% |
| Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução | 110 | 76 | -30,91% | 69 | -9,21% |
| Total | 4.343 | 4.355 | 0,28% | 4.421 | 1,52% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.



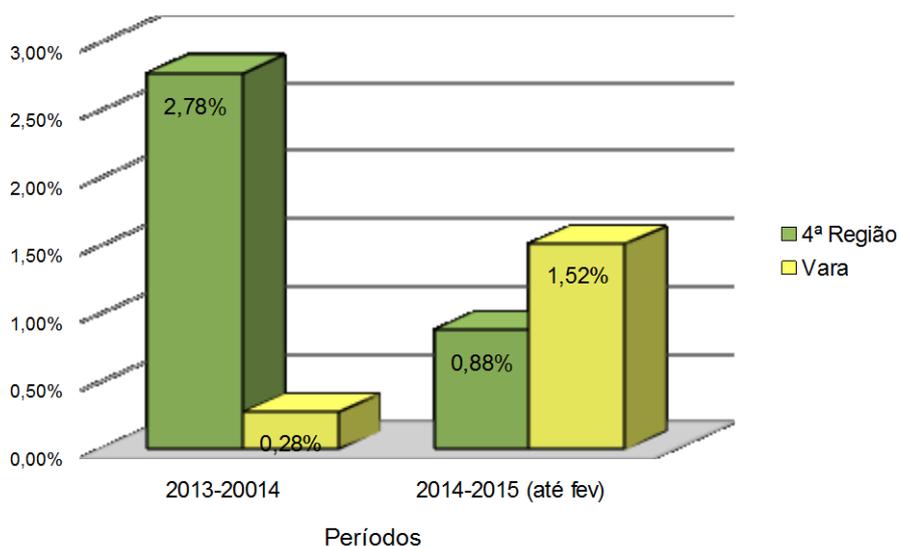
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL**

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos à outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, o acervo de processos em tramitação na 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre manteve-se estável, registrando acréscimo inferior a 0,5% na comparação com o ano de 2013, correspondente a 12 processos. A fase processual que apresentou maior movimentação foi a de conhecimento, cujo estoque de processos pendentes de finalização aumentou 2,60% (58 processos), seguida pelas cartas precatórias e cartas de ordem pendentes de devolução em que houve redução de 110 para 76 cartas, decréscimo equivalente a 30,91%. No mesmo período, na 4ª Região, apurou-se aumento do acervo de processos pendentes de finalização de 2,78%.

Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos pendentes de solução

| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
|-----------------------------|-------|-------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Casos novos | 1.494 | 1.658 | 10,98% | 209 | -87,39% |
| Sentença Anulada/Reformada | 7 | 20 | 185,71% | 1 | -95,00% |
| Processos solucionados (com | 1.459 | 1.512 | 3,63% | 199 | -86,84% |



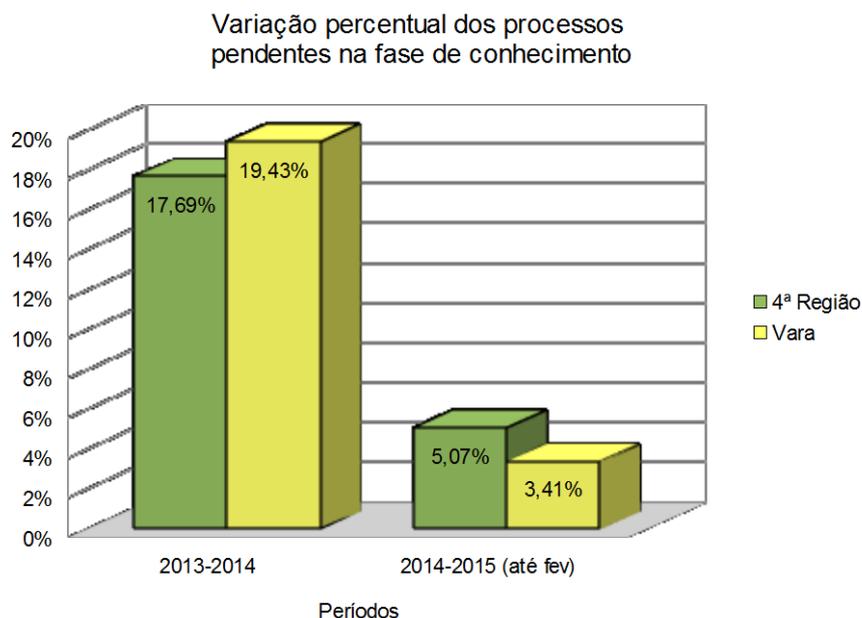
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | | |
|--------------------------------|-----|-----|--------|-----|-------|
| e sem resolução de mérito) | | | | | |
| Processos pendentes de solução | 736 | 879 | 19,43% | 909 | 3,41% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

A Unidade Judiciária, na comparação com o ano de 2013, aumentou, em 2014, o estoque de processos pendentes de solução, na fase do conhecimento, em 19,43%, com acréscimo de 53 processos. Esse resultado decorre, principalmente, do aumento de 10,98% no número de casos novos, que passaram de 1.494 processos em 2013 para 1.658 em 2014, superior ao número de processos solucionados (1.512). Houve majoração no número de sentenças anuladas/reformadas, que passou de 07 em 2013 para 20 em 2014. O aumento no número de processos pendentes de solução na fase de conhecimento na Unidade Judiciária superou a média apurada na 4ª Região no ano de 2014, de 17,69%, conforme apontado no gráfico a seguir.



Verifica-se que a maior parte dos processos pendentes de solução na fase de conhecimento aguarda encerramento da instrução processual. Houve aumento de 225% no número de processos aguardando prolação de sentença na Unidade com prazo vencido, passando de 27 em 2013 para 88 em 2014, o que deve ser objeto de atenção. Especificações no quadro abaixo.

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento

| 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 |
|------|------|------------------------|--------------------|------------------------|
|------|------|------------------------|--------------------|------------------------|



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL**

| (até fev.) | | | | | |
|---|------------|------------|---------------|------------|--------------|
| Aguardando 1ª sessão de audiência | 201 | 329 | 63,68% | 395 | 20,06% |
| Aguardando encerramento da instrução | 432 | 370 | -14,35% | 395 | 6,76% |
| Aguardando prolação de sentença – no prazo | 76 | 92 | 21,05% | 94 | 2,17% |
| Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido | 27 | 88 | 225,93% | 25 | -71,59% |
| TOTAL | 736 | 879 | 19,43% | 909 | 3,41% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

3.2.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de conhecimento | | | | | |
|--------------------------------------|--------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
| 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre | 34,40% | 37,37% | 8,63% | 81,73% | 118,72% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 40,94% | 44,33% | 8,28% | 87,18% | 96,66% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendentes do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 37,37% no ano de 2014, refletindo aumento de 8,63% em relação ao índice do ano anterior, mantendo-se abaixo do congestionamento médio da 4ª Região em 6,97 pontos percentuais.

3.2.3 Processos solucionados

| Fase de conhecimento | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|------|-------|------|-------|--------------------|-------|
| Solução | | 2013 | | 2014 | | 2015 (até fev.) | |
| | | Qtd | % | Qtd | % | Qtd | % |
| Com exame de mérito | Conciliação | 566 | 38,79 | 599 | 39,62 | 49 | 24,62 |
| | Julgado procedente | 9 | 0,62 | 16 | 1,06 | 3 | 1,51 |
| | Julgado procedente em parte | 524 | 35,92 | 529 | 34,99 | 97 | 48,74 |
| | Julgado improcedente | 139 | 9,53 | 108 | 7,14 | 25 | 12,56 |



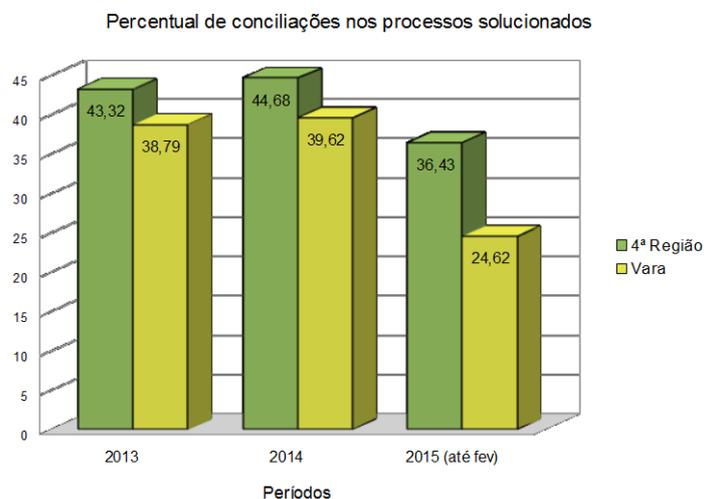
**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|--------------|------------|--------------|------------|------------|------------|
| | Extinto | 2 | 0,14 | 7 | 0,46 | 0 | 0 |
| | Outras decisões | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Sem exame de mérito | Extinto | 21 | 1,44 | 22 | 1,46 | 6 | 3,02 |
| | Arquivamento (art. 844 CLT) | 125 | 8,57 | 180 | 11,9 | 17 | 8,54 |
| | Desistência | 24 | 1,64 | 46 | 3,04 | 2 | 1,01 |
| | Outras decisões | 49 | 3,36 | 5 | 0,33 | 0 | 0 |
| TOTAL | | 1.459 | 100 | 1.512 | 100 | 199 | 100 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

A 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre solucionou 53 processos a mais em 2014, na comparação com o ano anterior, equivalendo a acréscimo de 3,63%, desempenho elogiável na medida que, no mesmo período, observou-se redução de 2,67% no número de processos solucionados na 4ª Região.

Excluídas as homologações de acordo, verificou-se diminuição de 2,08% na quantidade de decisões com resolução de mérito (de 674 em 2013 para 660 em 2014), inferior à redução apurada na 4ª Região, de 2,91%. Aumentou, porém, o número de homologações de acordo (de 566 em 2013 para 599 em 2014), e o percentual de conciliações em relação ao total de processos solucionados, que passou de 38,79% em 2013 para 39,62% em 2014. Especificações no quadro abaixo.



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

| 2013 | 2014 | Varição% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Varição% 2014-2015 (até fev.) |
|------|------|-----------------------|--------------------|-------------------------------------|
| | | | | |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | |
|-----------------------|-----|-----|---------|-----|---------|
| Iniciadas | 365 | 389 | 6,58% | 63 | -83,80% |
| Encerradas | 422 | 371 | -12,09% | 47 | -87,33% |
| Pendentes | 242 | 250 | 3,31% | 262 | 4,80% |
| Em Arquivo Provisório | 4 | 7 | 75,00% | 7 | 0,00% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação aumentou de 242 em 2013 para 250 em 2014, representando um acréscimo de 3,31%. Este desempenho deve-se principalmente à redução de 12,09% no percentual de liquidações encerradas no ano de 2014, bem como ao aumento de 6,58% no número de liquidações iniciadas.

3.3.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de liquidação | | | | | |
|--------------------------------------|--------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
| 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre | 36,92% | 41,20% | 11,60% | 84,98% | 106,25% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 42,12% | 44,16% | 4,83% | 83,81% | 89,79% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 20.04.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número liquidações encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{liquidações iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 41,20% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 11,60% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade em 2014 foi inferior ao congestionamento médio da 4ª Região em 2,95 pontos percentuais.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos pendentes na fase de execução

| | | 2013 | 2014 | Variação 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação 2014-2015 (até fev.) |
|-----------|--|------|------|-----------------------|--------------------|-------------------------------------|
| Entradas | Iniciadas | 534 | 519 | -2,81% | 61 | -88,25% |
| | Desarquivadas para prosseguimento | 40 | 531 | 1227,50% | 1 | -99,81% |
| Saídas | Encerradas | 673 | 542 | -19,47% | 41 | -92,44% |
| | Arquivadas Provisoriamente | 88 | 69 | -21,59% | 11 | -84,06% |
| Pendentes | Exclusivamente de crédito previdenciário | 46 | 42 | -8,70% | 42 | 0,00% |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | | | |
|-----------------------------|--------------|------------|------------|--------------|--------------|--------------|
| | Demais | 951 | 957 | 0,63% | 958 | 0,10% |
| | Total | 997 | 999 | 0,20% | 1.000 | 0,10% |
| Saldo no arquivo Provisório | | 1.387 | 912 | -34,25% | 921 | 0,99% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

Em 2014, a Unidade Judiciária reduziu em 19,47% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, queda mais acentuada que a média regional, que foi de 5,57% no mesmo período. Houve redução de 2,81% no número de execuções iniciadas em 2014, em relação ao ano anterior.

O estoque de execuções pendentes na Unidade Judiciária manteve-se estável, com acréscimo de apenas dois processos, enquanto na 4ª Região houve queda de 2,5% no total de processos pendentes da fase de execução.

3.4.2 Taxa de congestionamento*

| Fase de execução (sem arquivo provisório) | | | | | |
|---|--------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
| 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre | 60,32% | 64,25% | 6,51% | 96,13% | 49,63% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 69,60% | 70,81% | 1,74% | 95,02% | 34,19% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 64,25% no ano de 2014, representando aumento de 6,51% em relação ao índice do ano anterior. Ainda assim, manteve-se menor que o congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81%.

| Taxa de congestionamento – fase de execução (com arquivo provisório) | | | | | |
|--|--------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
| 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre | 78,42% | 81,33% | 3,71% | 97,92% | 20,40% |
| Média no TRT4 1ª Instância | 84,51% | 84,91% | 0,47% | 97,34% | 14,63% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

Com a inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo, a taxa de congestionamento da Unidade Judiciária, na fase de



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

execução, alcançou 81,33% no ano de 2014, sendo 3,58 pontos percentuais menor que a média verificada na 4ª Região.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

| | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
|--|-------|-------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| Processos com inclusão de devedor no BNDT | 143 | 231 | 61,54% | 24 | -89,61% |
| Processos com exclusão de devedor no BNDT | 136 | 153 | 12,50% | 11 | -92,81% |
| Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT | 1.251 | 1.293 | 3,36% | 1.301 | 0,62% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **devem ser realizados com prioridade** pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente em 2013 e 2014 com a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT. Dessa consulta resultou uma lista de 08 processos com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT.

| Processo | Situação Processual | Histórico BNDT |
|---------------------------|--|---|
| 0100400-31.1997.5.04.0021 | Em 16/07/2014 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. | Os reclamados Anderson Fumagalli, Gaúcha Car Veículos e Peças Ltda. e Simone Slaviero Fumagalli foram incluídos no BNDT em 12/09/2011 com a informação “sem garantia”. Os reclamados D'Artagnan Lejambre e Matheus Carlos Altair Bitencourt Franco Grillo foram incluídos no BNDT em 28/09/2011, com a informação “sem garantia”. |



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL**

| | | |
|---------------------------|--|--|
| 0102300-49.1997.5.04.0021 | Em 18/07/2014 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. | As reclamadas Apiacas S.A. Administração e Participações e Transportadora Mayer S.A. (Falência Encerrada) foram incluídas no BNDT em 12/09/2011, com a informação “sem garantia”. |
| 0104100-63.2007.5.04.0021 | Em 18/06/2013 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. | A reclamada Croma Indústrias Alimentares S.A. (Massa Falida) foi incluída no BNDT em 12/09/2011, com a informação “sem garantia”. |
| 0000152-95.2013.5.04.0021 | Em 18/12/2014 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. | A reclamada Maite Ind. Com. Distribuição de Cosméticos Ltda. foi incluída no BNDT em 10/04/2014, com a informação “sem garantia”. |
| 0046300-09.2009.5.04.0021 | Em 19/02/2014 foram lançados os andamentos “extinção da execução” e “arquivado definitivamente”. | A reclamada Impressos Fácil Ltda. foi incluída no BNDT em 21/08/2013, com a informação “sem garantia”. |
| 0005500-90.1996.5.04.0021 | Em 17/10/2013 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. | O reclamado Bernardo Carlos Weinert foi incluído no BNDT em 17/10/2011, com informação “sem garantia”, e os reclamados OSWALDO RODOLPHO WEINERT e Transportadora Coral S.A. (Massa Falida) em 17/10/2013, respectivamente, com a informação “com garantia”.. |
| 0093100-32.2008.5.04.0021 | Em 11/04/2014 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. | A reclamada Pedrozo Sistemas de Segurança Ltda. (Massa Falida) foi incluída no BNDT em 13/09/2011, com a informação “sem garantia”. |
| 0098100-13.2008.5.04.0021 | Em 18/06/2013 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. | A reclamada Vigilância Pedrozo Ltda. (Massa Falida) foi incluída no BNDT em 14/09/2011, com a informação “com garantia”. |

(Fonte: Consulta aos Sistemas e-Gestão e inFor em 09.04.2015)

3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

| | 2013 | | | 2014 | | | 2015 (até fev.) | | |
|-------------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-----------------|----------|-----------|
| | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes | Recebidos | Julgados | Pendentes |
| Embargos de | 386 | 319 | 58 | 275 | 274 | 63 | 48 | 36 | 85 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| declaração | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|------------|
| Antecipações de tutela | 67 | 41 | 32 | 188 | 163 | 39 | 14 | 14 | 24 |
| Impugnações à sentença de liquidação | 64 | 45 | 29 | 61 | 54 | 41 | 8 | 9 | 40 |
| Embargos à execução | 168 | 109 | 78 | 117 | 134 | 58 | 20 | 12 | 66 |
| Embargos à arrematação | 1 | 3 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Embargos à adjudicação | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 |
| Exceções de pré-executividade | 15 | 11 | 11 | 11 | 12 | 7 | 1 | 1 | 7 |
| Total | 701 | 528 | 208 | 653 | 638 | 208 | 92 | 73 | 222 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

A partir do quadro acima, constata-se aumento do número de incidentes processuais julgados em 2014, passando de 528 para 638, sem alteração no número de incidentes processuais pendentes de julgamento, o que se explica pela redução no número de incidentes processuais ingressados.

Em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão em 2014, constatou-se que algumas pendências registradas decorrem de erros no lançamento no sistema informatizado, conforme amostragem que segue:

| PROCESSOS FÍSICOS | |
|---------------------------|--|
| Processo | Situação |
| 0001315-47.2012.5.04.0021 | Em 22.09.2014 foi registrada Impugnação à Sentença de Liquidação. O despacho publicado em 30.09.2014, em vista da intimação encaminhada a procurador da reclamada já sem poderes, reconsiderou a sentença homologatória de cálculos e remeteu o processo ao perito para complementação. Como não houve registro de saída do incidente registrado, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão. |
| 0001099-52.2013.5.04.0021 | Foram registrados Embargos de Declaração da reclamada em 05.06.2014 e em 06.06.2014, ambos com igual conteúdo. Em 08.08.2014 foi registrado <u>um</u> andamento "Embargos Declaratórios Julgados", permanecendo o segundo lançamento sem baixa, pendente no sistema e-Gestão. |
| PJe | |
| Processo | Situação |
| 0020028-02.2014.5.04.0021 | Em 09.08.2014 foram registradas entradas de duas peças de Embargos de Declaração no PJe. Em 13.08.2014 foi registrada nova entrada de ED. Na verdade, apenas um ED foi interposto. Em 26.11.2014 foi feito lançamento de "Convertido julgamento em diligência". Na mesma data, foi feita a conclusão para julgamento do ED e registrado o comando de "Acolhidos os Embargos de Declaração". |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | |
|---------------------------|--|
| | Porém, como houve registro de entrada do sistema de 3 EDs, e apenas um foi julgado, com registro de saída no sistema, permanece a pendência de 2 EDs no sistema e-gestão. |
| 0020056-67.2014.5.04.0021 | Em 22.01.2014 foi ajuizada ação pelo reclamante, com pedido de tutela antecipada. Em 28.01.2014 foi proferido despacho simples postergando a análise do pedido para após a manifestação das rés. Em 28.04.2014 o pedido foi julgado, sendo concedida a tutela antecipada na audiência. Porém, como não houve registro de saída do incidente interposto ("Concedida a antecipação de tutela"), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão. |

(Fonte: Consulta aos Sistemas inFOR e PJe em 13.04.2015)

Diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|--|-------------|-------------------------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
| Do ajuizamento da ação à prolação da sentença | Sumaríssimo | 64,32 | 102,51 | 59,38% | 166,57 | 62,49% |
| | Ordinário | 208,66 | 211,04 | 1,14% | 264,3 | 25,24% |
| | Total | 191,19 | 200,14 | 4,68% | 256,9 | 28,36% |

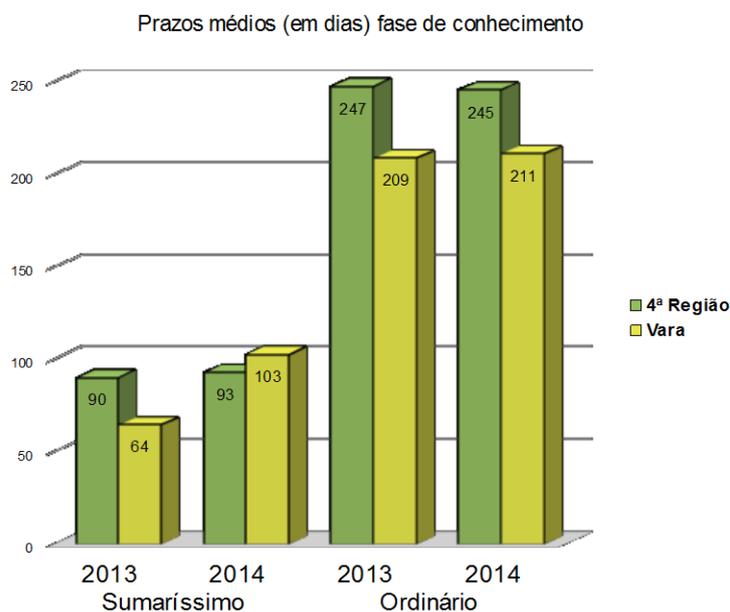
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação até a prolação de sentença na unidade judiciária alcançou 102,51 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, equivalendo a um aumento de 59,38% em relação à média do ano anterior. Nas ações ordinárias, o lapso de tramitação processual foi, em média, de 211,04 dias, sendo 1,14% mais moroso na comparação com 2013.

Na comparação com os prazos aferidos, em média, na 4ª Região em 2014 (92,57 dias nos processos sumaríssimos e 245,25 dias nas ações ordinárias), o prazo da Unidade foi 10,73% maior nos processos submetidos ao rito sumaríssimo e 13,95% mais célere nas ações ordinárias. Especificações no gráfico abaixo.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL**



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
|---|-------------|-------------------------|--------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | |
| Do início ao encerramento da liquidação | Sumaríssimo | 133,83 | 189,23 | 41,40% | 133 | -29,72% |
| | Ordinário | 213,31 | 221,06 | 3,63% | 202,7 | -8,31% |
| | Total | 207,3 | 218,26 | 5,29% | 201 | -7,91% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

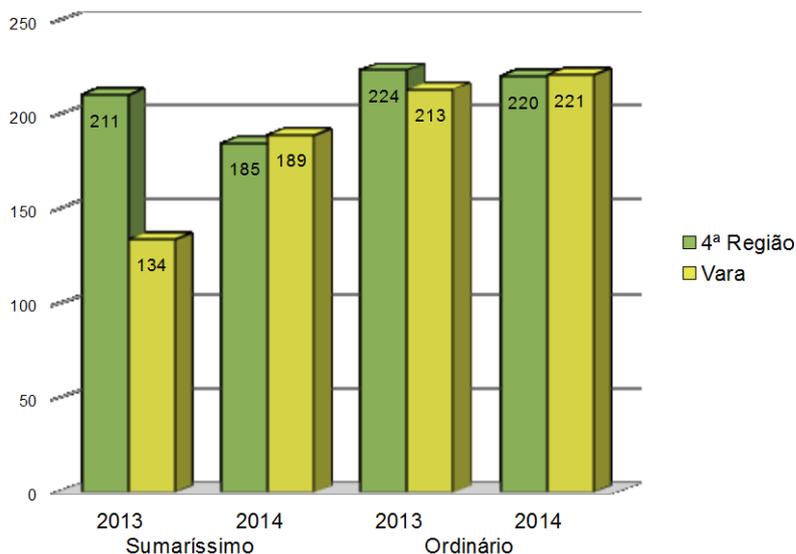
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação na Unidade Judiciária, em 2014, aumentou 5,29% em relação ao ano anterior. Nos processos de rito sumaríssimo foram consumidos, em média, 189,23 dias e nas ações ordinárias, 221,06 dias.

O lapso de tramitação processual na fase de liquidação na Unidade Judiciária mostrou-se elevado quando comparado com o desempenho da 4ª Região, sendo mais moroso em 2,41% e 0,43% nos ritos sumaríssimo e ordinário, respectivamente. Especificações no gráfico abaixo.



**PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL**

Prazos médios (em dias) fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---------------------------------------|--------------|-------------------------|----------|------------------------|--------------------|--------------------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 (até fev.) |
| Do início ao encerramento da execução | Ente Privado | 512,08 | 559,15 | 9,19% | 470,82 | -15,80% |
| | Ente Público | 1.102,66 | 1.283,04 | 16,36% | 562,33 | -56,17% |
| | Total | 548,75 | 599,08 | 9,17% | 477,51 | -20,29% |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

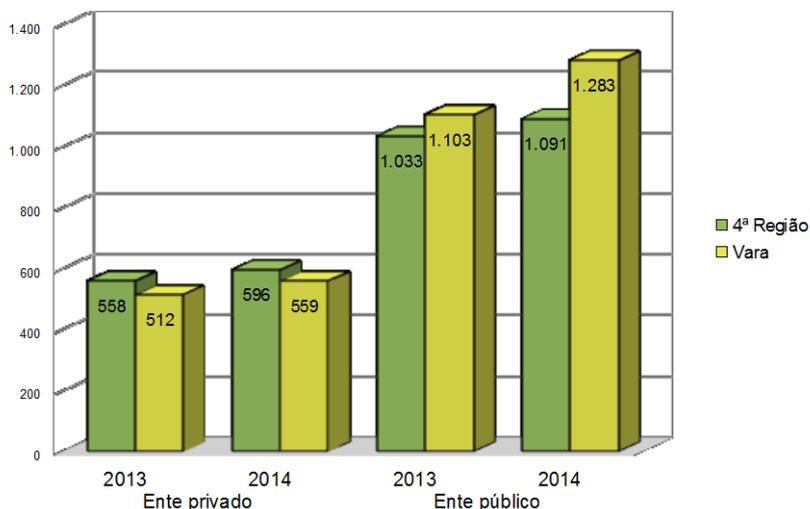
O prazo de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária aumentou, em média, 9,17% em 2014, alcançando 559,15 dias nas execuções contra entes privados e 1.283,04 dias nas execuções contra entes públicos.

Na comparação com os dados da 4ª Região, constata-se que o lapso de tramitação na Unidade Judiciária na fase de execução é 6,23% menor que a média regional nos processos em que o executado é ente privado; em contrapartida, é 17,61% maior que o aferido na 4ª Região quando o executado é ente público.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Prazo médio (em dias) fase execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

| META 2/2009 CNJ | |
|--|---------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.2. Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31/12/2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31/12/2007”.

| META 2/2010 CNJ | |
|--|---------------|
| Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.1.3 - Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31/12/2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

| META 2/2012 CNJ |
|-----------------|
|-----------------|



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| Distribuídos em 2008 | Solucionados | % | Resultado |
|----------------------|--------------|---------|----------------------|
| 1224 | 1.224 | 100,00% | Meta cumprida |

5.1.4 Meta 2 - 2013: “Julgar, até 31/12/2013 pelo menos 80% dos processos distribuídos, em 2009, na Justiça do Trabalho”.

| META 2/2013 CNJ | | | |
|----------------------|----------------------|---------|----------------------|
| Distribuídos em 2009 | Solucionados em 2009 | % | Resultado |
| 1.245 | 1.245 | 100,00% | Meta cumprida |

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1. Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014.”

| META 1/2014 CNJ | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|---------------|--------------------------|
| Distribuídos até 31.12.2014 | Solucionados até 31.12.2014 | % | Resultado |
| 1.658 | 1.512 | 91,19% | Meta não cumprida |

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

| Questionário para cálculo da Meta | | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|------------|------------|
| Id. | Pergunta | Periodicidade | Valor 2011 | Valor 2012 |
| P2.1 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA , excluídos os suspensos até 31/12/2013 . | Única | 27 | 717 |
| P2.4 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. | Mensal | 0 | 3 |
| P2.7 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. | Mensal | 0 | 1 |
| P2.10 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014. | Mensal | 0 | 42 |
| P2.13 | Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2013 | Única | 26 | 668 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/K$, onde K=9 no período de referência até 31.12.2011 e K=8 no período de referência até 31.12.2012

| META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011 | |
|--|----------------|
| Percentual de cumprimento da meta | Resultado |
| 107% | Meta cumprida* |

| META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012 | |
|--|----------------|
| Percentual de cumprimento da meta | Resultado |
| 123,4% | Meta cumprida* |

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

| META 5/2014 CNJ | | |
|---|--|---------------|
| Tipo de execução | % de redução/aumento do congestionamento | Resultado |
| Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal | +9,34% | Meta cumprida |
| Execução Fiscal | (*) | |

(*) Meta se aplica parcialmente à unidade, pois a competência para processamento das execuções fiscais é exclusivamente da 18ª Vara de Porto Alegre.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A redução positiva (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A redução negativa (percentual precedido do sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no primeiro grau, e até 31/12/2012, no segundo grau”.

| META 6/2014 CNJ | |
|--|---------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

| META 1/2015 CNJ |
|-----------------|
|-----------------|



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| Distribuídos até 28.02.2015 | Solucionados até 28.02.2015 | % | Resultado |
|-----------------------------|-----------------------------|--------|---|
| 209 | 199 | 95,22% | Período de apuração insuficiente para verificar o cumprimento da meta |

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

| Questionário para cálculo da Meta | | | |
|-----------------------------------|--|---------------|-------|
| Id. | Pergunta | Periodicidade | Valor |
| P2.1 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA, excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014. | Única | 732 |
| P2.4 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência. | Mensal | 0 |
| P2.7 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência. | Mensal | 1 |
| P2.10 | Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015. | Mensal | 29 |
| P2.13 | Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014 | Única | 660 |

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

| META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013 | |
|--|------------------------------|
| Percentual de cumprimento da meta | Resultado parcial (até fev.) |
| 104,7% | Meta já cumprida* |

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.3.3 - Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

| META 5/2015 CNJ | | | |
|---|---|---------------------|--|
| Casos novos de execução em 2015 (até 28.02) | Execuções baixadas* em 2015 (até 28.02) | Grau de Cumprimento | Resultado |
| 61 | 0 | 0,00% | Período de apuração insuficiente verificar o cumprimento da meta |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

*Consideram-se baixadas as execuções arquivadas definitivamente, aquelas em que resta pendente apenas valores inscritos em precatórios e aquelas em que pende apenas pagamento de custas ou o pagamento de peritos cuja responsabilidade compete ao poder público.

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

| META 6/2015 CNJ | |
|--|---------------|
| Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução | Resultado |
| 0 | Meta cumprida |

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

| META 7/2015 CNJ | | | |
|---|---|-------------------------------|-----------------------------------|
| Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014 | Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014 | Acervo atual (até 28.02.2015) | Meta de processos para 31.12.2015 |
| 1º) WMS Supermercados do Brasil Ltda. | 28 | 26 | 27 |
| 2º) Estado do Rio Grande do Sul | 31 | 28 | 30 |
| 3º) CLINSUL Mao de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 11 | 6 | 10 |
| 4º) Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN | 6 | 6 | 5 |
| 5º) União | 74 | 37 | 72 |
| 6º) Oi S.A. | 24 | 29 | 23 |
| 7º) PROSERVI Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial) | 18 | 17 | 17 |
| 8º) Caixa Econômica Federal - CEF | 11 | 13 | 10 |
| 9º) Banco do Brasil S.A. | 5 | 3 | 4 |
| 10º) Hospital Nossa Sra. da Conceição | 16 | 17 | 15 |

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO | | | | |
|--|--------------------------------|--|--|---|
| Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento | Prazo médio na Unidade em 2014 | Prazo médio da Unidade em 2015 – até 28.02 | Prazo médio a ser alcançado até 31.12.2015 | Resultado parcial |
| 228,17 | 200,14 | 256,9 | 198,14 | Período de apuração insuficiente verificar o cumprimento da meta |

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

| META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO | | | | | | |
|---|-------|-------|-----------------|------------------|----------------|---|
| | 2013 | 2014 | Média 2013/2014 | 2015 (até 28.02) | Meta para 2015 | Resultado Parcial |
| Total de acordos | 566 | 599 | 582,5 | 49 | 589 | Período de apuração insuficiente verificar o cumprimento da meta |
| Média mensal de acordos | 47,17 | 49,92 | 48,54 | 49 | 49,08 | |

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente de segundas a quintas feiras, nos dois turnos. Na segunda sexta feira de cada mês é feita uma pauta de execução, presidida em meses alternados pelos magistrados J1 e J2. A composição média das sessões é especificada no(s) quadro(s) abaixo.

Juiz Eduardo Batista Vargas

| J1 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|-------|---------|----------------|----------------|------------------------------------|-------|
| Manhã | - | - | - | 2 (I) 4 (P) | - |
| Tarde | - | 3 (I) 5 (P) | 3 (I) 5 (P) | 25 (I) 4 (U) CPI (se houver) | - |

Juíza Rita Volpato Bischoff



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| J2 | Segunda | Terça | Quarta | Quinta | Sexta |
|-------|-----------------|-------|--------|--------|-------|
| Manhã | 16 (I) 3 (U) | 3 (P) | 3 (P) | - | - |
| Tarde | 6 (P) | - | - | - | - |

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 28.4.2015)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento
- CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias
- E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

| Tipo | J1 - Última data marcada | J1 - Próxima data livre |
|---------------------------------|---|-------------------------|
| Inicial | 28.5.2015 | 28.5.2015 |
| Una Sumaríssimo | 28.5.2015 | 21.5.2015 |
| Instrução | 01.7.2015 | 01.7.2015 |
| Tentativa de acordo em execução | Segunda sexta-feira em meses alternados | |

| Tipo | J2 - Última data marcada | J2 - Próxima data livre |
|---------------------------------|---|-------------------------|
| Inicial | 08.6.2015 | 08.6.2015 |
| Una Sumaríssimo | 08.6.2015 | 08.6.2015 |
| Instrução | 09.11.2015 | 04.9.2015 |
| Tentativa de acordo em execução | Segunda sexta-feira em meses alternados | |

(Fonte: Livro Pauta. Consulta em 28.04.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

| | | Prazos médios (em dias) | | | | |
|---|-------------|-------------------------|-------|------------------------|--------------------|------------------------|
| | | 2013 | 2014 | Variação% 2013-2014 | 2015 (até fev.) | Variação% 2014-2015 |
| Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência | Sumaríssimo | 34,27 | 57,71 | 68,38% | 64,63 | 11,99% |
| | Ordinário | 47,55 | 60,77 | 27,80% | 78,26 | 28,77% |
| | Total | 45,91 | 60,4 | 31,55% | 76,47 | 26,61% |

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 15.04.2015)



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Em 2014, o prazo transcorrido do ajuizamento da ação até a realização da audiência inicial foi de 57,71 dias nos processos submetidos ao rito sumaríssimo, e de 60,77 dias nas ações ordinárias, refletindo aumento médio total de 31,55% em relação ao ano anterior.

Foi ultrapassado, assim, o prazo médio considerado adequado (de trinta a quarenta dias) para unidades desse porte.

Os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção, em 28.4.2015, quando constatado que as audiências iniciais estavam sendo designadas para dali a 30/40 dias nos processos sumaríssimos e nas ações ordinárias (pautas dos magistrados J1 e J2, respectivamente).

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE PROSSEGUIMENTO

No dia da inspeção correcional, 28.4.2015, as audiências de prosseguimento estavam sendo designadas com variação do prazo de 60 a 125 dias (pautas dos magistrados J1 e J2, respectivamente), atendendo ao prazo que se tem por adequado para unidades com semelhante movimentação processual (de 180 até 240 dias).

6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

| Juiz | Audiências Realizadas - 2014 | | | | Total |
|---------------------------|------------------------------|--------------|------------|-------------|--------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | |
| Eduardo Batista Vargas | 679 | 485 | 126 | 30 | 1.320 |
| Juliana Oliveira | 15 | 15 | 1 | 0 | 31 |
| Rita Volpato Bischoff | 532 | 529 | 108 | 28 | 1.197 |
| Átila da Rold Roesler | 19 | 16 | 4 | 4 | 43 |
| Juiz não identificado (*) | 3 | 1 | 3 | 0 | 7 |
| TOTAL | 1.248 | 1.046 | 242 | 62 | 2.598 |

| Juiz | Audiências Realizadas - 2015 | | | | Total |
|------------------------|------------------------------|-----------|-----------|-------------|------------|
| | Inicial | Instrução | Una | Conciliação | |
| Eduardo Batista Vargas | 73 | 35 | 11 | 2 | 121 |
| Rita Volpato Bischoff | 49 | 35 | 11 | 1 | 96 |
| TOTAL | 122 | 70 | 22 | 3 | 217 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

(*) O Sistema e-Gestão não retornou valores com o nome do juiz para o período de apuração.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Consta-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

| Magistrados | Solucionados - 2014 | | | | | |
|---------------------------------------|---------------------|------------|-----------------|--------------|---------------------|---------------------------------|
| | Com Exame de Mérito | | | | Sem Exame de Mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | | |
| Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo | - | 1 | 0 | 1 | - | 1 |
| Eduardo Batista Vargas | 330 | 332 | 1 | 663 | 142 | 805 |
| Juliana Oliveira | 5 | 12 | 0 | 17 | 1 | 18 |
| Manuel Cid Jardón | - | 0 | 0 | 0 | - | - |
| Rita Volpato Bischoff | 258 | 306 | 6 | 570 | 107 | 677 |
| Átila da Rold Roesler | 4 | 1 | 0 | 5 | 3 | 8 |
| Juiz não identificado (*) | 2 | 1 | 0 | 3 | - | 3 |
| TOTAL | 599 | 653 | 7 | 1.259 | 253 | 1.512 |
| Magistrados | Solucionados - 2015 | | | | | |
| | Com Exame de Mérito | | | | Sem Exame de Mérito | Total de processos solucionados |
| | Conciliações | Julgados | Outras decisões | TOTAL | | |
| Eduardo Batista Vargas | 25 | 45 | 0 | 70 | 14 | 84 |
| Rita Volpato Bischoff | 24 | 71 | 0 | 95 | 9 | 104 |
| Átila da Rold Roesler | - | 9 | 0 | 9 | 2 | 11 |
| TOTAL | 49 | 125 | 0 | 174 | 25 | 199 |

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 15.04.2015)

(*) O Sistema e-Gestão não retornou valores com o nome do juiz para o período de apuração.

6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

| Rita Volpato Bischoff |
|--|
| Processos de Cognição – Rito Ordinário |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | | |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Conclusão mais antiga: 20.02.2015 0020677-64.2014.5.04.0021* | 0021294-24.2014.5.04.0021* | 0021122-82.2014.5.04.0021* |
| 0020380-91.2013.5.04.0021* | 0020595-33.2014.5.04.0021* | 0020530-38.2014.5.04.0021* |
| 0021710-89.2014.5.04.0021* | 0020611-84.2014.5.04.0021* | 0020365-88.2014.5.04.0021* |
| 0020584-04.2014.5.04.0021* | - | - |
| Embargos de Declaração | | |
| Conclusão mais antiga: 02.03.2015 0020388-68.2013.5.04.0021* | 0020044-53.2014.5.04.0021* | |
| 0020670-72.2014.5.04.0021* | 0020308-70.2014.5.04.0021* | |
| Total: 14 processos | | |
| Eduardo Batista Vargas | | |
| Processos de Cognição – Rito Ordinário | | |
| Conclusão mais antiga: 07.1.2015 0000561-71.2013.5.04.0021* | 0020804-02.2014.5.04.0021* | 0021378-25.2014.5.04.0021* |
| 0020868-12.2014.5.04.0021* | 0020949-58.2014.5.04.0021* | 0021508-15.2014.5.04.0021* |
| 0021002-39.2014.5.04.0021* | 0020955-65.2014.5.04.0021* | 0021268-26.2014.5.04.0021* |
| 0021293-39.2014.5.04.0021* | 0021341-95.2014.5.04.0021* | 0021292-54.2014.5.04.0021* |
| 0020844-81.2014.5.04.0021* | 0021388-69.2014.5.04.0021* | 0021280-40.2014.5.04.0021* |
| 0020933-07.2014.5.04.0021* | 0020733-97.2014.5.04.0021* | 0021239-73.2014.5.04.0021* |
| 0021247-50.2014.5.04.0021* | 0021370-48.2014.5.04.0021* | 0021114-08.2014.5.04.0021 |
| 0021213-75.2014.5.04.0021* | 0020957-35.2014.5.04.0021* | 0021314-15.2014.5.04.0021 |
| 0020812-76.2014.5.04.0021* | 0021070-86.2014.5.04.0021* | 0021294-18.2014.5.04.0023* |
| 0021270-93.2014.5.04.0021 | 0021075-11.2014.5.04.0021* | 0021634-65.2014.5.04.0021 |
| 0021238-88.2014.5.04.0021 | 0021090-77.2014.5.04.0021* | 0021520-29.2014.5.04.0021* |
| Embargos de Declaração | | |
| Conclusão mais antiga: 10.12.2014 0000279-33.2013.5.04.0021* | 0001224-20.2013.5.04.0021* | |
| 0020099-38.2013.5.04.0021* | 0000660-75.2012.5.04.0021* | |
| Total: 37 processos | | |

* Processos pendentes de prolação de sentença na data da Correição, julgados posteriormente



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: e-Gestão. Consulta em 23.04.2015. InFOR e PJ: Consulta em 28.5.2015)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

A distribuição do trabalho na Unidade Judiciária se dá por tarefas, não sendo adotado o sistema de carteira. O atendimento ao balcão é realizado em rodízio. Os estagiários recebem as petições, inclusive oriundas do sistema VIPE, localizam os autos dos processos a que se referem, lavram os termos de juntada. A análise das petições e minuta dos despachos do protocolo é realizada basicamente por Andréia, Carlos, e Daiana e, os mais complexos, pela diretora Simone. A certificação do prazo dos processos físicos e minuta dos despachos é realizada por Elenice e nos processos eletrônicos por Carolina, que se encarregam dos cumprimentos resultantes (notificações e cartas precatórias da fase de conhecimento). As cartas precatórias da fase de execução são expedidas por Vinicius, e os cumprimentos da sala de audiência são realizados pelas secretárias de audiência. Os atos específicos da execução são realizados por Daiana (mandados de citação e penhora, RPVs, alvarás). Os precatórios são expedidos por Fábio. Fernando recebe e expede malotes, bem assim analisa os autos que retornam do TRT. A revisão de autos para arquivo e lançamento no sistema é realizada por todos, diariamente, e no dia 21 de cada mês, os processos são encaminhados para o arquivo.

Segundo esclareceu a diretora de secretaria, para início da fase de liquidação as partes são intimadas para informar, em cinco dias, se têm interesse em apresentar a conta, sendo assegurado ao que primeiro se manifestar a apresentação do cálculo. A homologação de conta só ocorre após as partes terem vista da conta. Na execução, a parte devedora é citada nos termos do art. 884 da CLT, se existir nos autos depósito recursal em valor suficiente para garantir a execução; em caso contrário, é intimada a pagar nos termos do art. 475-J do CPC. Os órgãos públicos são citados nos termos do art. 730 do CPC.

Não houve solicitação de auxílio da SAT no período correccionado, e a adesão de servidores à greve (entre cinco e seis) ocorreu apenas no período de 15.5 a 16.6.2014, quando houve edição de Portaria (nº 2, de 27.5.2014) restringindo o horário de atendimento externo da unidade, sem suspensão e/ou interrupção de prazo.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES

Na data da inspeção correcional, 28.4.2015, estavam sendo expedidas notificações decorrentes do protocolo ou despachos do período de 13 de abril (mais antigas) a 27 de abril (maioria das notificações).

7.2 EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS

Em dia.

7.3 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

No momento da inspeção correcional, havia um mandado de citação para ser expedido, e os mandados de penhora por expedir datavam de 16 de abril.

7.4 EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS

Constatou-se a existência de quatro ofícios a serem expedidos, sendo o comando mais antigo datado de 08 de abril.

7.5 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os comandos mais antigos, na data da correição, 28.4.2015, datavam de 24.4.2015. A servidora Daiana, responsável pela expedição dos alvarás, esteve em férias e, durante estas, a tarefa foi desempenhada por Vinicius.

7.6 EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIOS E RPV'S

Os comandos mais antigos datavam de 08.4.2015.

7.7 JUNTADA DE PETIÇÕES

Em dia.

7.8 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da inspeção correcional, 28.4.2015, estavam sendo minutados despachos do protocolo que ingressou na unidade em 17.4.2015.

7.9 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

O procedimento adotado na Unidade Judiciária é de verificação quinzenal dos prazos. No dia da inspeção correcional, 28.4.2015, estava sendo certificado o prazo vencido no período de 01 a 15 de abril.

7.10 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Constatou-se a existência de três processos a serem remetidos ao TRT, com comandos datados de 24.4.2015. A remessa é feita semanalmente.

7.11 CONVÊNIOS

O acesso ao Bacen Jud ocorre duas vezes por semana: nas terças feiras são protocolados os comandos de bloqueio e nas quintas feiras consultadas as respostas. É manejado por Simone e por Daiana, assim como o Infojud e o Renajud. Com relação ao Renajud, a pesquisa ocorre quando



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

necessário, mas a liberação dos veículos é realizada de imediato. O Jucergs é consultado por Elenice e Caroline, e o HOD utilizado quando o Infojud se mostra insuficiente. A utilização do SIEL é rara.

7.12 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Realizada mensalmente. O último arquivamento ocorreu em 21.4.2015. Os processos que aguardam arquivamento na Unidade Judiciária são posteriores a essa data.

7.13 EXAME DOS LIVROS

7.13.1 Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|----|---------------------------|------------|---|
| 01 | 0045500-49.2007.5.04.0021 | 05/03/2015 | 01 mês e 18 dias |
| 02 | 0073800-65.2000.5.04.0021 | 16/03/2015 | 01 mês e 07 dias |
| 03 | 0000389-32.2013.5.04.0021 | 18/03/2015 | 01 mês e 05 dias |
| 04 | 0068100-30.2008.5.04.0021 | 19/03/2015 | 01 mês e 04 dias |
| 05 | 0000879-25.2011.5.04.0021 | 30/03/2015 | 23 dias |
| 06 | 0000050-10.2012.5.04.0021 | 30/03/2015 | 23 dias |
| 07 | 0001240-71.2013.5.04.0021 | 01/04/2015 | 22 dias |
| 08 | 0001203-44.2013.5.04.0021 | 06/04/2015 | 17 dias |
| 09 | 0001319-84.2012.5.04.0021 | 06/04/2015 | 17 dias |
| 10 | 0001239-91.2010.5.04.0021 | 06/04/2015 | 17 dias |
| 11 | 0000527-33.2012.5.04.0021 | 06/04/2015 | 17 dias |
| 12 | 0000969-96.2012.5.04.0021 | 06/04/2015 | 17 dias |
| 13 | 0089700-73.2009.5.04.0021 | 08/04/2015 | 15 dias |
| 14 | 0047100-71.2008.5.04.0021 | 09/04/2015 | 14 dias |
| 15 | 0025300-55.2006.5.04.0021 | 10/04/2015 | 13 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.04.2015)

7.13.2 Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias

| | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução dos Autos |
|---|---------------------------|------------|---|
| 1 | 0001453-14.2012.5.04.0021 | 09/04/2015 | 14 dias |
| 2 | 0001051-98.2010.5.04.0021 | 09/04/2015 | 14 dias |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 23.04.2015)

7.13.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias

| Carga OJ | Processo | Prazo | Tempo Excedido para Devolução do Mandado | |
|----------|--------------|---------------------------|--|--------------------|
| 1 | 021-00685/14 | 0001221-02.2012.5.04.0021 | 26.01.2015 | 02 meses e 28 dias |
| 2 | 021-00085/15 | 0000133-94.2010.5.04.0021 | 31.03.2015 | 23 dias |
| 3 | 021-00082/15 | 0018800-46.2001.5.04.0021 | 08.04.2015 | 16 dias |
| 4 | 021-00086/15 | 0000094-97.2010.5.04.0021 | 08.04.2015 | 16 dias |
| 5 | 021-00093/15 | 0000248-81.2011.5.04.0021 | 09.04.2015 | 15 dias |

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 24.04.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 16.3.2015, uma listagem contendo 100 processos escolhidos aleatoriamente pelo sistema. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, dos quais 7 foram escolhidos entre os constantes nessa lista e 3 dentre os mais antigos tramitando em cada fase processual (conhecimento, liquidação e execução). O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados no inFOR pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

| | |
|---|--|
| 1 | Processo nº 0000313-76.2011.5.04.0021 |
| Fase: Liquidação. Aspectos formais. Termo de juntada da fl. 86-v com escolha múltipla (petição/ofício) não oferece certeza quanto à peça processual juntada. Movimentação processual. Demora no impulso processual: prazo apontado na certidão da fl. 79-v expirou em 07.4.2014 e autos foram conclusos apenas em 05.5.2014; prazo conferido na ata da fl. 97 venceu em 20.1.2015 e seu decurso foi certificado em 05.3.2015. | |
| 2 | Processo nº 0001287-45.2013.5.04.0021 |
| Fase: Execução. Aspectos formais. Termos de juntada das fls. 49-v, 59-v, 70-v com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. Movimentação processual. Petição protocolada em 05.8.2014 (fl. 50) e autos conclusos para apreciação em 19.8.2014 (fl. 52). Lapso para cumprimento de despacho superior a 10 dias: despacho assinado em 20.8.2014 cumprido em 04.9.2014 (fl. 53). Prazo fixado na intimação da fl. 53 expirou em 12.9.2014 e seu decurso in albis foi certificado em 13.10.2014 | |
| 3 | Processo nº 0001112-85.2012.5.04.0021 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Fase: Conhecimento. **Peculiaridade.** Sentença proferida em 28.2.2014, e, em sede de recurso, foi declarada a nulidade do processo a partir do indeferimento da oitiva de testemunha, com reabertura da instrução processual. **Aspectos formais.** Não foi lavrada certidão com a data e horário da publicação da sentença proferida às fls. 644-49 e da sentença de embargos de declaração das fls. 659-70. Termos de juntada das fls. 651-v, 654-v, 672-v, 684-v, 698, 712-v, 723, com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. Não foi certificado o retorno dos autos do TRT, em 18.12.2014, conforme andamento 101 do inFOR. **Movimentação processual.** Lapso para juntada de peça processual superior a 48 horas: contrarrrazões protocoladas em 07.7.2014 (fl. 724) juntadas ao processo em 14.7.2014 (fl. 723). Demora no impulso processual: processo parado desde a ciência da procuradora federal (fl. 736), em 07-8-2014 até 17.9.2014 (fl. 736-v), quando certificado decurso do prazo. Processo sem movimentação de 18.12.2014 (fl. 754) até 02.3.2015 (fl. 755)

4

Processo nº 0117500-76.2009.5.04.0021

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Termos de juntada das fls. 184-v, 189, 195-v, 250-v e 252 com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: prazo constante da certidão de fl. 189 expirou em 12.05.2014 sem que fosse certificado seu decurso, ocorrendo nova movimentação apenas em 09.6.2014, com juntada da carta precatória devolvida; prazo concedido na intimação da fl. 239 expirou em 12.9.2014 e seu decurso não foi certificado, sendo os autos conclusos em 25.11.2014 (fl. 240). Lapso para juntada de peça processual superior a 48 horas: ofício e documentos encaminhados pela Junta Comercial de São Paulo protocolados em 18.7.2014 juntados em 25.7.2014 (fl. 195-v). Prazo para cumprimento de despacho superior a 10 dias: despacho assinado em 07-8-2014 (fl. 238) cumprido em 27-8-2014 (fl. 239).

5

Processo nº 0000439-58.2013.5.04.0021

Fase: Liquidação. **Aspectos formais.** Não foi certificado o retorno dos autos do TRT, em 05.12.2014, conforme andamento 45 do inFOR. Termos de juntada das fls. 260-v e 266-v com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. **Movimentação processual.** Nada a apontar.

6

Processo nº 0000380-41.2011.5.04.0021

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Termos de juntada das fls. 197-v, 205-v, 217-v, 220, 225-v, 228-v com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: manifestação sobre impugnação aos cálculos protocolada em 11.3.2014 (fl. 206) e autos conclusos para apreciação em 09.5.2014 (fl. 208). Lapso para cumprimento de despacho superior a 10 dias: despacho assinado em 13.5.2014 (fl. 208) cumprido em 03.7.2014 (fls. 209-10); despacho assinado em 31.8.2014 (fl. 214) cumprido em 25.9.2014 (fl. 215); despacho assinado em 22.10.2014 (fl. 222) cumprido em 6.11.2014 (fl. 223); despacho assinado em 01-12-2014 cumprido em 14.1.2015 (fl. 232).

7

Processo nº 0000346-95.2013.5.04.0021

Fase: Execução encerrada. **Aspectos formais.** Termos de juntada das fls. 237-v, 244, 250-v, 253-v, 276-v, 317-v, 320-v, 324-v com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. Não foi certificado o retorno dos autos do TRT, em 17.9.2014, conforme andamento 45 do inFOR. Ausência de termo de juntada para o substabelecimento da fl. 319. Servidor que recebe a devolução dos autos à fl. 320 não está identificado. **Movimentação processual.** Nada a apontar.

8

Processo nº 0001252-85.2013.5.04.0021



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Fase: Execução. **Aspectos formais.** Termos de juntada das fls. 54-v, 59, 65-v, 68-v, 87-v, 97-v, 106-v com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: petição protocolada em 21.2.2014 (fl. 54) e autos conclusos para apreciação em 10.3.2014 (fl. 56); petição protocolada em 02.4.2014 (fl. 61) e autos conclusos para apreciação em 04.7.2014 (fl. 62).

9

Processo nº 0053800-29.2009.5.04.0021

Fase: Liquidação. **Aspectos formais.** Ausência de carimbo ou risco diagonal no verso das fls. 530 a 532 que estão em branco. Termos de juntada das fls. 534-v, 553-v com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: prazo fixado nas notificações de fls.530-33 expirou em 20.10.2014 e seu decurso in albis foi certificado em 12.11.2014 (fl.533-v).

10

Processo nº 0009800-85.2002.5.04.0021

Fase: Execução encerrada. **Aspectos formais.** Ausência de termo de juntada para os substabelecimentos das fls. 717, 723 e 738. Termos de juntada das fls. 718-v, 724-v, 739-v, 741-v com escolha múltipla (petição/ofício) não oferecem certeza quanto às peças processuais juntadas. **Movimentação processual.** Demora no impulso processual: petição protocolada em 10.4.2014 (fl. 719) e autos conclusos para apreciação em 25.4.2014 (fl. 720); petição protocolada em 21.5.2014 (fl. 725) e autos conclusos para apreciação em 17.6.2014 (fl. 734); prazo fixado no despacho da fl. 734 expirou em 20.8.2014 mas autos só foram conclusos em 19.9.2014 (fl. 735)

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 20.04.2015.

| Prática | Exemplos |
|--|---|
| Processo remetido a outro órgão ou CP devolvida à origem sem andamento | 0000855-26.2013.5.04.0021 0000915-96.2013.5.04.0021 0001228-91.2012.5.04.0021 0091200-14.2008.5.04.0021 0001380-42.2012.5.04.0021 |
| Processo apensado a outro sem andamento | 0058100-05.2007.5.04.0021 |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | |
|--|---|
| Demora no andamento processual ou registros desatualizados | 0109600-57.2000.5.04.0021 0001225-10.2010.5.04.0021 0000172-23.2012.5.04.0021 0082100-81.2003.5.04.0030 0132700-26.2009.5.04.0021 0000372-93.2013.5.04.0021 0001431-87.2011.5.04.0021 |
| Processo com registro equivocado de carga ao advogado | 0000368-90.2012.5.04.0021 |

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice Corregedoria, constatou-se que na Unidade Judiciária é **observada** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal (v.g., proc. 0001112-85.2012.5.04.0021, fl. 710; proc. 0000346-95.2013.5.04.0021, fl. 247).

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice Corregedoria, combinada com informações obtidas *in loco* quando da inspeção correcional na Unidade Judiciária, apurou-se que, após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, é **ordenada** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento. Na hipótese do depósito recursal ser suficiente para garantir a execução, a parte devedora é citada para opor embargos na forma do art. 884 da CLT; e se uma vez ocorrida a citação, não há pagamento, o valor do depósito recursal é liberado ao credor, no limite do seu crédito.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Vice Corregedoria, constatou-se que, em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, primeiramente é realizado bloqueio acautelatório de valores dos sócios junto ao Bacen Jud e **depois é realizada** a citação do(s) sócio(s) para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PJe

Conforme Cronograma de Implantação do PJe deste Regional aprovado pelo TST, o PJE foi implantado no Foro Trabalhista de Porto Alegre em 23.9.2013.

A distribuição do trabalho no processo judicial eletrônico na Unidade Judiciária, a exemplo do que ocorre com relação aos processos que tramitam em meio físico, se dá por tarefas. Dos servidores lotados na unidade nove trabalham com o PJe. A diretora Simone faz o controle dos agrupadores e das caixas. Carol responde pelo controle do prazo. Os atos da execução estão a cargo de Daiana e Vinicius, que fazem o lançamento da conta, expedição de alvarás e de mandados. A triagem inicial é realizada pelas secretárias de audiência, que analisam a petição inicial: nos processos que demandam produção de provas (adicional de insalubridade, anotação de CPTS, rescisão) é desde logo designada audiência inaugural; naqueles de instrução simplificada é exarado despacho padrão consignando entendimento de que desnecessária audiência inaugural, determinando intimação da reclamada para apresentar defesa no PJe, fixando prazo para manifestação posterior do autor e designando audiência una para instrução.

Esclareceu a diretora de secretaria que, em relação aos processos distribuídos ao magistrado J1, a triagem inicial ocorre sempre até a sexta feira da semana em que ingressados os processos; em relação aos processos distribuídos à magistrada J2, naqueles em que designada audiência inicial a triagem inicial ocorre dentro da semana em que protocolados, e os que se destinam à designação de audiência uma, a triagem inicial ocorre até final da semana seguinte àquela em que distribuídos, sendo apresentado resumo dos pedidos à magistrada que indica a pauta mais apropriada.

Não é realizado o exame de prevenção, porquanto o juiz Eduardo Batista Vargas assim foi orientado em treinamento em PJe que realizou.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 10.4.2015 e 20.4.2015, com nova verificação na data da inspeção, 28.4.2015, juntamente com a Diretora de Secretaria. A posição, na data da visita correcional, é a que segue:



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| Agrupador | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Último Movimento |
|--|-----------|---------------------------|--|--|
| Com habilitações não lidas | - | 01 | 27.4.2015 (21652-86.2014) | 27.4.2015 Juntada contestação e documentos |
| Com pedido de liminar ou tutela não apreciados | - | xx | - | - |
| Com petições avulsas | - | 03 | Todas de 27.4.2015 | 27.4.2015 |
| Com petições não apreciadas | - | 91 | 13.4.2015 (20481-94.2014) Decisão sobre recuperação judicial | 27.4.2015 diligência |
| Com mandados devolvidos OJ | - | 37 | 04.2.2015 (20212-55.2014) | 17.3.2015 despacho |
| Com audiências não designadas | - | 29 | = (21804-37.2014) (em 22.2.2015 sentença extingue processo, e em 11.3.2015 sai intimação para parte, mas processo permanece no agrupador) = (20408-88.2015) 06.4.2015 | = 22.2.2015 (intimação) = 06.4.2015 (autuação) |
| Sob análise de prevenção | - | 202 | 23-9-2013 (20001-53.2013) | 11.12.2013 (despacho analisa e afasta prevenção com proc. 20409-86.2013..04.0201) |
| Pasta | Subpastas | Quantidade de Processos | Mais antigo | Último Movimento |
| Aguardando cumprimento prov | | 226 (quantidade total) | (ConPag 21449-27.2014) Caixa Prazo 2015/04 – 11 a 20 (Prazo até 09.4.2015) | 5.3.2015 Parte regularizar representação processual |
| Aguardando cumprimento exec. | | 19 (quantidade total) | (20466-28.2014) Caixa Prazo 2015/04 – 11 a 20 | 29.9.2014 Despacho determina suspensão do feito até trânsito |



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

| | | | | |
|--|---|----------------------------------|--|--|
| | | | | em julgado de outra ação |
| Aguardando cumprimento liq. | | 04 (quantidade total) | (20492-26.2014) Cálculos em 08.4.2015 | 13.4.2015 notificação |
| Aguardando ciência | | 68 (quantidade total) | (21637-20.2014) Decurso do prazo em 17.3.2015 | 05.3.2015 Intimação da sentença |
| Aguardando ciência - liquid | | 01 (quantidade total) | (21077-78.2014) Decurso do prazo em 6.4.2015 | 19.3.2015 notificação |
| Aguardando ciência decisão – ConPra | | 44 (quantidade total) | (21055-20.2014) No prazo | 22.4.2015 contrarrrazões |
| Aguardando término dos prazos | | 178 (quantidade total) | (20281-24.2013) 12.11.2014 Decorrido prazo em 19.11.2014 | 12.11.2014 Manifestação do exequente pedindo BACEN |
| Apreciar urgentes | | xx | - | - |
| Controle sobrestamento / suspensão (processos sobrestados ficam na pasta “análise sobrestamento”) | - | xx | - | - |
| Análise sobrestamento | - | 09 (quantidade total) | (20071-70.2013) 16.12.2014 Despacho determina sobrestamento do feito | 23.01.2015 Certidão retificando autuação |
| Controle manual prazo pós sent. | | 01 (quantidade total) | (20479-90.2015) No prazo | 24.4.2015 intimação de decisão |
| Prazos vencidos | | 14 (quantidade total) | (20448-07.2014) Decorrido o prazo em 09.4.2015 | 24.4.2015 certidão |
| Remeter ao 2º grau | | 05 (quantidade total) | (20707-02.2014) decorrido o prazo em 6.4.2015 | 22.4.2015 Certidão |
| Triagem inicial | | 08 (quantidade total) | (20381-08.2015) 30.3.2015 | 30.3.2015 autuação |

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT) .



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, com adequada organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, facilitando a visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se à Diretora de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO - SAT

A Unidade Judiciária não contou com o apoio do SAT no período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Unidade conta com Regime de Lotação, em vigor desde 09.03.2011, conforme Portaria da Corregedoria Regional nº 108/2010.

Verificou-se que na unidade o número de servidores (doze) está **abaixo** ao previsto na Resolução nº 63/2010 do CSJT (de 13 a 14). À exceção de Carlos, Elenice, Vinicius e Tatiane, os demais servidores participaram de cursos de capacitação, conforme se vê no item 2.3.2, apurando-se média de 60 horas/course por servidor.

No período correccionado, a movimentação na lotação envolveu 5 servidores. O afastamento mais significativo de servidor ocorreu por força de LTS (Fábio, 79 dias).

Houve adesão média de cinco servidores da Unidade Judiciária ao movimento grevista ocorrido no período de 15.5.2014 a 16.6.2014, com expedição de Portaria para alteração de horário de funcionamento da unidade, sem suspensão e/ou interrupção dos prazos.

Segundo se constatou a partir da análise dos dados estatísticos referentes à Unidade Judiciária correccionada, o acervo de processos em tramitação, em 2014, manteve-se estável em relação ao ano de 2013 (aumento de apenas 12 processos, equivalente a 0,28%), alcançando 4.355 processos, ficando abaixo do crescimento médio do acervo de processos apurado na 4ª Região (2,78%).

Em relação ao estoque de processos pendentes de solução da fase de conhecimento, a Unidade Judiciária aumentou 19,43% em 2014, na comparação com 2013, com acréscimo de 143 processos, superando o aumento aferido na 4ª Região, de 17,69%. Ingressaram 1.658 casos novos na unidade. O número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido cresceu de 27 em 2013 para 88 processos em 2014, caindo para 25 em fevereiro de 2015.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

No pertinente à efetividade, observa-se que a taxa de congestionamento na fase de conhecimento na Unidade Judiciária passou de 34,40% em 2013 para 37,37% em 2014, permanecendo abaixo do congestionamento médio regional, de 44,33%.

A Unidade Judiciária aumentou o número de processos solucionados em comparação com o ano anterior em 3,63%, o que é elogiável na medida que na 4ª Região houve redução média de 2,67% na quantidade de processos solucionados. O número de decisões com resolução de mérito (excluídas as homologações de acordo), caiu 2,08% na Unidade Judiciária, em comparação com o ano de 2013, enquanto, em média, as demais Unidades Judiciárias da 4ª Região apresentaram redução de 2,91%.

Na fase de liquidação, houve aumento de 3,31% no número de liquidações pendentes em 2014, enquanto o índice de congestionamento da Unidade Judiciária, passou de 36,92% em 2013 para 41,20% em 2014, mantendo-se abaixo do congestionamento apurado na 4ª Região, de 44,16%.

Já no pertinente à fase de execução, a Unidade Judiciária reduziu em 19,47% o número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013, enquanto na 4ª Região houve redução média de 5,57%. O estoque de processos pendentes da fase de execução manteve-se estável, ao contrário do desempenho aferido na 4ª Região, onde verificou-se queda de 2,50% no acervo de processos pendentes da fase de execução. A taxa de congestionamento da unidade na fase de execução, de 64,25% em 2014, foi menor que o congestionamento médio da 4ª Região, de 70,81%, no mesmo período.

Observou-se que, em relação às metas do CNJ, apenas a Meta 1/2014 não foi atendida pela Unidade Judiciária, que atendeu todas as metas anteriores a 2014, e as Metas 2, 5 e 6/2014, e Metas 2 e 6/2015. Quanto às metas 1, 5, e 7 de 2015 e as específicas da Justiça do Trabalho, o período de apuração é insuficiente para verificar seu cumprimento.

A respeito do prazo de tramitação dos processos, constatou-se aumento médio de 4,68% na fase de conhecimento. Nos processos do rito sumaríssimo transcorreram cerca de 102 dias do ajuizamento da ação até a prolação da sentença, e nos de rito ordinário cerca de 211 dias. No mesmo período de apuração, verificou-se na 4ª Região que o prazo médio de tramitação processual na fase de conhecimento foi de 93 dias nos processos sumaríssimos e 246 dias nas ações ordinárias.

Na fase de liquidação, o prazo de tramitação processual alcançou 189 dias nos processos sumaríssimos e 221 dias nas ações ordinárias, mantendo-se próximo do prazo médio regional, de 185 dias nas ações sumaríssimas e 220 dias nos processos ordinários.

No pertinente à fase de execução, houve aumento médio de 9,17% no prazo de tramitação processual, passando para 559 dias quando o executado é ente privado, e para 1.283 dias quando a execução é contra ente público, enquanto nas demais Unidades Judiciárias da 4ª Região foram apurados prazos médios de 596 e 1.091 dias, respectivamente.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

Verificou-se ainda que no ano de 2014, na Unidade Judiciária, o prazo médio para realização das audiências iniciais, tanto nos processos submetidos ao rito sumaríssimo quanto nas ações de rito ordinário, superou o lapso que se tem por adequado (de trinta a quarenta dias) para unidades desse porte, situação revertida na data da inspeção correcional, quando verificadas marcações de audiências iniciais dentro desse prazo. Já no pertinente ao prazo médio em que realizadas audiências de prosseguimento, apurou-se que na data da inspeção correcional, 28.4.2015, situava-se entre 60 a 125 dias, atendido o prazo que se tem por razoável para unidades com semelhante movimentação processual (de 180 até 240 dias).

No pertinente aos processos eletrônicos, verificou-se que são movimentados regularmente, que a designação de audiências iniciais observa o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria e que as pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa têm organização adequada.

Nota-se, outrossim, que a exclusão da lista do BNDT daqueles que já quitaram seus débitos, em que pese alguns atrasos pontuais, como regra, **tem** recebido atenção adequada pela Unidade Judiciária, essencial como forma de disseminação positiva da viabilidade, efetividade e respeitabilidade desse sistema.

Verificou-se, ainda, a partir do exame, por amostragem, dos autos físicos, que a Unidade Judiciária tem apresentado dificuldades pontuais para atender aos prazos legais para prática dos atos processuais, especialmente no pertinente à certificação do prazo, e ao cumprimento de despachos. Na data da Correição, entretanto, os prazos, em regra, apresentavam-se menores que os aferidos quando da análise dos processos físicos remetidos à Vice Corregedoria para correição, denotando empenho por parte das magistradas e dos servidores em atender às demandas da Unidade.

12 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. (BNDT)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a conferência e, se for o caso, a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos relacionados no item 3.4.3.
- b) destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, deve ser verificada a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Secretaria realize cotejo entre os andamentos lançados no sistema informatizado e o processamento nos autos físicos, lançando andamentos de entradas, conclusão e saídas dos incidentes processuais para correção das informações do sistema e-Gestão, cujos equívocos estão apontados, por amostragem, no item 3.5.

Recomenda-se que a Secretaria observe o lançamento correto dos andamentos no sistema PJe, em relação às entradas, conclusões e saídas dos incidentes processuais, para fins de evitar as incorreção das informações do sistema e-Gestão apontados.

Recomenda-se, ainda, que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 5.3.1. (Meta CNJ 1 - 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 1, julgando mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.3.3 (Meta CNJ 5 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 5, baixando, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução.

ITEM 5.3.5 (Meta CNJ 7 – 2015)

Recomenda-se que a Unidade Judiciária tome as medidas necessárias para o atendimento da Meta 7, identificando e reduzindo, até 31.12.2015, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

ITEM 5.3.6 (Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015)

Recomenda-se que a Unidade tome as medidas necessárias para reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014, bem como aumentar, em 1% o



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

índice de conciliação na fase de conhecimento em relação à média do biênio 2013/2014.

ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo Médio – Audiências Iniciais e Audiências de Encerramento da Instrução)

Recomenda-se que sejam adotadas medidas para assegurar que as audiências iniciais e de processos do rito sumaríssimo permaneçam observando o lapso de trinta a quarenta dias, apurado por ocasião da inspeção correcional, e que se tem por adequado para unidades desse porte.

Com relação às audiências de prosseguimento para fins de encerramento da instrução recomenda-se, de igual forma, seja mantido o prazo médio praticado na Unidade Judiciária, cuidando de não ultrapassar o prazo de 180 a 240 dias, tido por razoável para unidades com semelhante movimentação processual.

ITENS 7.13.1 e 7.13.2 (“Advogados – Cargas vencidas há mais de 10 dias” e “Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias”)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.13.3 (“Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias”)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 (“Análise dos Processos Físicos”)

Atente, ainda, a Secretaria para as seguintes determinações e recomendações:

- a) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG/TST) e evitando lacunas e espaços em branco e múltipla escolha (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificados os signatários (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG/TST), vedado seu lançamento em verso de documento (art. 69 do CPCR);



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

- b) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, observando o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR/TRT;
- c) certifique as datas de vencimento dos prazos (art. 776 da CLT) e o retorno dos autos do TRT.

ITEM 8.2 (Andamentos no inFOR)

Determina-se que a Unidade Judiciária observe o lançamento adequado dos andamentos no inFOR, a fim de evitar as práticas irregulares apontadas.

ITEM 8.5 (Citação do(s) Sócio(s) em Caso de Desconsideração da Personalidade Jurídica da Executada)

Determina-se que haja expressa determinação, por meio de decisão fundamentada, de citação do(s) sócio(s) em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada.

ITEM 9 (PJe-JT)

Recomenda-se:

- a) cuidadosa atenção ao agrupador “processos sob análise de prevenção”, de forma a assegurar que, em havendo repetição de ação, seja distribuída ao juiz prevento;
- b) que a unidade siga realizando a triagem inicial nos processos eletrônicos diariamente, mantendo o atual prazo entre o ingresso da ação e o momento de designação de audiência inicial.
- c) sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os “agrupadores” do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento.
- d) providencie o exame e cumprimento das pendências com mais de quinze dias existentes nas caixas “aguardando ciência” e “aguardando término dos prazos”.

Recomenda-se, ainda:

- que a Unidade Judiciária, sempre com a maior brevidade possível, encaminhe os equipamentos e móveis que já não tenham serventia à Coordenadoria de Controle da Direção do Foro com vista ao desfazimento desses bens, via doação a entidades e órgãos públicos, presentes as disposições do Decreto 99.658/1990.



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE CORREGEDORIA REGIONAL

- os processos que retornem do TRT ou TST à Unidade Judiciária com necessidade de inclusão em pauta sejam priorizados, com designação de audiência em prazo breve.

13 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Vice Corregedora Regional esteve na Secretaria da 21ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não houve, no entanto, comparecimento de interessados.

14 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo juiz titular, Manuel Cid Jardón, pelos juízes substitutos Rita Volpato Bischoff e Eduardo Batista Vargas, pela Diretora de Secretaria Simone Viana e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Desembargadora Vice Corregedora, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice Corregedora Regional.

CARMEN GONZALEZ
Vice Corregedora Regional